

LARES, CELLULARES. SOBRE ARQUITETURA E DOMESTICAÇÃO

LARES, CELLULARES. ABOUT ARCHITECTURE AND DOMESTICATION

FERNANDO FREITAS FUÃO¹¹

Resumo

No *oikos*, no *domus*, no culto aos deuses ‘lares’, está enraizada a domesticação, também a ética da hospitalidade, a questão do familiar versus não familiar, temas esses que passam pelo problema milenar e cultural do lar, do culto aos mortos, e posteriormente vão se trasladar ao culto dos monumentos. O artigo mostra ainda como a questão dos mortos foi e continua sendo determinante no processo de domesticação, principalmente na questão da cidade moderna do século XX com Le Corbusier. O artigo busca, ainda, evidenciar a persistência do fogo sagrado, agora não mais através dos deuses lares, dos antepassados; e que esse fogo reunia todos os familiares, e esses escutavam as leis pronunciadas pelos deuses geração após geração. Esse fogo foi substituído na Idade Moderna pelas máquinas – antes no rádio, depois a televisão, hoje o computador e mais enfaticamente sua apoteose nos ‘celulares, os novos deuses celulares da supremacia das individualidades –, e agora nos domesticam de outra forma através do consumo. Finalmente o artigo está baseado em autores como: Fustel de Coulanges, Jean-Claude Schmitt, Jacques Derrida, John Zerzan, Peter Sloterdijk, Hannah Arendt.

Palavras-chave: Deuses Lares, Propriedade privada, domesticação, celulares, espectros.

Abstract

In the oikos, in the domus, in the cult of the ‘deuses lares’, domestication is rooted, as well as the ethics of hospitality, the question of the familiar versus the unfamiliar, themes that include the ancient and cultural problem of the home, the cult of the dead, and later they will move to the worship of monuments. The article also shows how the issue of the dead was and continues to be decisive in the domestication process, especially in the issue of the modern city in the 20th century with Le Corbusier. The article also seeks to highlight the persistence of the sacred fire, now no longer through the home gods, the ancestors; and that this fire brought together all family members, and they listened to the laws pronounced by the gods generation after generation. This fire was replaced in the Modern Age by machines – before radio, then television, today the computer and most emphatically its apotheosis in cell phones, the new cellular gods of the supremacy of individualities –, and now they domesticate us in another way through consumption. . Finally, the article is based on authors such as: Fustel de Coulanges, Jean-Claude Schmitt, Jacques Derrida, John Zerzan, Peter Sloterdijk, Hannah Arendt

Keywords: Deuses Lares, Private property, domestication, cell phones, specters.

¹¹ Fernando Freitas Fuão é professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Professor do Programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (PROPAR), e pesquisador do CNPq Líder do grupo de pesquisa (CNPq): Arquitetura, Derrida e aproximações. fuao@ufrgs.br



Figura 1. Cellulares. Collage. Fernando Fuão. 2020

Se construíssemos uma História da casa, ainda que fictícia, ela estaria entrecruzada pela história da morte, com a formação da religião, da lei e da propriedade privada. Todos esses temas são atravessados, entretecidos, pelo *domus* e pela domesticação. Na casa dormita o tema da morte, dos fantasmas, dos espíritos e dos espectros que nos assolam até os dias de hoje; mais que isso, do próprio morto que jaz dentro dela. A casa, quando pensamos em sua ancestralidade, sua *arché* – a casa grega e romana ou outras culturas ancestrais –, sempre esteve relacionada à morte; na maioria das vezes, a fixação de um grupo num determinado lugar era determinada pelo ‘enterramento’ de seus antepassados nesse lugar, geração após geração.

No *oikos*, no *domus*, no culto aos *deuses* ‘*lares*’, está enraizada a domesticação, também a ética da hospitalidade, a questão do familiar versus não familiar, temas esses que passam pelo problema milenar e cultural do lar, do culto aos mortos, e posteriormente vão se trasladar ao culto dos monumentos. Se a familiaridade se alicerça numa certa ‘espera’, na permanência, no sedentarismo, no enraizamento, é porque existiu um trabalho secular de domesticação

sobre essa potência da errância do ser humano.

Fustel de Coulanges (1830-1889), nas primeiras páginas de seu clássico livro *A cidade antiga*, nos adverte que a nossa educação nos obrigou a viver desde a infância na tradição dos gregos e dos romanos, habituou-nos, acostumou-nos a comparar sempre a eles, a julgar nossa história pela deles, fazer nossa história como um adendo da história deles, e até a explicar nossas revoluções pelas deles. De algum modo, tudo está enraizado, fundado enquanto fundação de pedra mesmo nessa longa tradição. Ainda que nada da história dos tempos modernos se pareça com a história antiga Greco-romana, muito de suas leis ainda permanece até os dias de hoje. Como observou Coulanges, existe uma íntima relação entre os juízos e regras antigas do direito privado, assim como das instituições políticas com culto dos *deuses lares* e suas crenças.

O culto aos *deuses lares* nos mostra como se constituíram nas famílias gregas e romanas as regras do casamento, a autoridade paterna, o falocentrismo, a domesticação e o sentido de propriedade privada daquela época, bastante distinto da acepção atual da casa como mercadoria.

Coulanges nos explica detalhadamente sobre a origem e significado da palavra *Lares*, a qual está diretamente associada ao fogo sagrado. Diz ele:

Todas as casas dos gregos ou dos romanos possuíam um altar; neste altar devia haver sempre restos de cinzas e brasas. Era obrigação sagrada do dono de cada casa conservar acesso o fogo, dia e noite. O fogo só deixava de brilhar sobre o altar quando toda família havia morrido; lar extinto, família extinta, eram expressões sinônimas entre os antigos. (...) As almas humanas divinizadas pela morte chamavam os gregos de demônios, ou heróis. Os latinos, por sua vez, as nominavam *lares*, *manes*, *gênios*. (COULANGES, 1981, p.38)

Se o fogo se extinguisse, deixavam de existir os *deuses*, a proteção dada pelos antepassados ao do-

mus¹². Aqueles a quem os antigos chamavam *deuses lares*, deuses domésticos, eram somente as almas dos mortos, às quais o homem atribuía um poder sobre-humano e divino, e que o cristianismo viria a considerar posteriormente como forma de paganismo. Aquilo a que hoje atribuímos a palavra pagão ou paganismo em nada corresponde ao seu sentido original, que vem do latim *paganus*, que significava somente e tão somente ‘camponês’, uma pessoa “rústica”. Hoje, grosso modo, simplesmente atribuiu-se à crença em vários deuses em oposição ao deus monoteísta do cristianismo; e às vezes até mesmo é confundido com ateísmo.

O sentido de morte que os latinos e ou os gregos tinham era também distinta do que hoje entendemos por mortalidade. A religião dos mortos não se constituía somente por um culto aos mortos, mas também por uma religião ditada pelos mortos, um *nomos* espectral, uma lei que organizava a vida dos vivos. Os deuses lares não eram mortos tal como entendemos hoje, eles não estavam nem mortos nem vivos, continuavam vivendo numa espécie de outra vida enquanto pertencendo à casa e à família, e seu espírito guardava e protegia a família. Não havia nenhuma transcendência desses deuses, não habitavam nenhum lugar transcendente, um outro mundo. Esses mortos pareciam estar mais vivos ainda do que quando vivos, pois, enquanto mortos, ditavam ainda suas leis, sua moral, maldições e conjuros caso não se cumprissem seus desejos ditados enquanto vivos.

Cada família tinha o seu túmulo, onde os mortos repousavam juntos, um após outro. Todos os de mesmo sangue deviam ser enterrados ali, com exclusão de toda e qualquer pessoa de outra família. Ali se celebravam as cerimônias e se festejavam os aniversários. O túmulo estava no próprio seio da família, no centro da casa, mas não longe da porta, a fim de, tanto ao entrar como ao sair de sua casa, encontrarem sempre seus pais, e de que, cada vez que o façam, lhes dirijam uma invocação. (COULANGES,

1981, p.38)

Entretanto, hoje o fogo dentro da casa já não guarda nenhuma relação com nossos antepassados mortos, nem tampouco a fumaça, o espiritual que advém dele. Já não conseguimos ver o fogo que cultuamos na atualidade, ele arde sob outra forma. Segue existindo mitologicamente, mas já não queima e tampouco segue organizando e reunindo nossas vidas em comunidade como antigamente. Esse fogo de hoje é distinto do fogo de antigamente, como diz Coulanges, o fogo que “(...) tinha algo de divino, adoravam-no, prestavam-lhe verdadeiro culto, davam-lhe oferendas: flores, frutas, incenso, vinho. Dirigiam-lhe fervorosas preces para dele conseguirem saúde, riqueza e felicidade.” (COULANGES, 1981, p. 28)

O que chamavam de deuses *lares* era o deus vivo protetor de cada casa e da respectiva família, a linhagem dos antepassados. A cada lar, seus respectivos *lares*. O lar, o fogo sagrado dos mortos, estava no altar, o lugar de adoração, o *lararium*; e o homem nunca saía ou chegava em casa sem antes dirigir uma prece a seus antepassados, a seus deuses. O fogo do lar era a providência da família, se o fogo apagasse, se extinguiu o Deus.



Figura 2. Lararium. Fonte da ilustração: <http://bluesy.eklablog.com/pompei-la-maison-des-amours-dores-a109044478>

¹² Lembrando que tanto a palavra *doméstico* como *domesticação* têm origem na palavra *domus*, que podemos entender também como ‘*du-omo*’, do homem.

Coulanges nos explica ainda que

A alma que não tivesse seu túmulo não teria morada. Era errante. Em vão aspiraria ao repouso que amava, depois das agitações e dos trabalhos desta vida, ficava condenada a errar sempre, sob a forma de larva ou de fantasma, sem jamais parar, sem nunca receber as oferendas e os alimentos de que tanto carecia. Atormentaria então os vivos, enviando-lhes doenças, devastando-lhes as searas, atormentando-os com aparições lúgubres, para desse modo os advertir de que tanto o seu corpo como ela própria queriam sepultura. (COULANGES, 1981, p. 18)

Até hoje tanto na língua espanhola como portuguesa podemos observar esse fenômeno, essa essência na relação com a palavra *hogar*, que em espanhol designa tanto ‘lar’ como lareira, e em português também, na palavra ‘lareira’, que guarda o prefixo ‘lar’; o lugar do fogo dentro da casa, ou mais atualmente: o celular, o lar dentro do bolso, o fogo na palma da mão.

A palavra lar durante muito tempo foi associada ao fogo, aos mortos e aos deuses da família; dessa maneira, devemos sempre distinguir a palavra lar da palavra casa, porque a primeira tem e guarda o passado, os antepassados. Em inglês se diz: ‘*a house is a not a home*’. O lar tem ‘algo a mais’, pois nele crepita o fogo dos antepassados. O culto do fogo sagrado não existiu só na cultura greco-romana, o encontramos igualmente no Oriente como *Agni*¹³.

Coulanges observa que o fogo mantido no lar, para o pensamento dos homens, não é o mesmo fogo da natureza material. O fogo do lar é de natureza inteiramente distinta, é um fogo puro, só podendo ser produzido quando ajudado por certos ritos e por determinadas espécies de madeira. É um fogo casto; a relação sexual, por exemplo, devia ser feita longe de sua presença. O fogo do lar era, pois, uma espécie

de ser moral. Esse fogo ditava também os deveres e vigiava o seu cumprimento.

Explica-nos, ainda, que mais tarde na cultura romana e grega, esse culto ao fogo sagrado, dos deuses lares, deu lugar ao grande culto da deusa *Vesta* (nome grego que designava o altar com o fogo sagrado para os romanos). *Vesta* surge como deusa virgem, não representa nem a fecundidade nem o poder, mas a ordem – não a ordem rigorosa, abstrata matemática, mas sim a ordem moral. Na Grécia, o altar era conhecido como *Héstia*. Grosso modo, quando se estabeleceu o culto à deusa *Héstia*, estabeleceu-se a criação das cidades-estados na Grécia: momento do primeiro intento de unificar todos os distintos cultos dos deuses lares praticados em cada casa numa só chama. Assim, cada cidade-estado grega tinha uma lareira comum com um fogo sagrado no edifício principal, onde os convidados se reuniam oficialmente. E, na fundação de novas colônias, os precursores levavam o fogo sagrado de sua cidade natal para acender o fogo da nova cidade. De maneira similar, quando um casal se unia, a mãe da noiva acendia uma tocha em sua casa e a transportava diante do casal recentemente casado até sua nova casa, para que acendessem a primeira chama em seu lar. Este ato consagrava o novo lar. Portanto, onde quer que um novo casal se aventurasse a estabelecer um novo lar, *Héstia* trazia o fogo sagrado, ligando o lar antigo com o novo.

Já não conseguimos ver o fogo que cultuamos na atualidade, ele arde sob a forma de estranhas lareiras, *larariuns* midiáticos sempre acesos, televisivos, do telejornal ou do *cell-ular* (*cell* em inglês quer dizer cela) sempre ligados à *Matrix*, identificados a cada passo que damos através de seus IP’s e ID’s. Ao ponto de pensarmos que celular sem bateria é celular extinto, perdemos a proteção, esse temor significa que pode ter acontecido algo trágico com seu dono, seu dom.

¹³ *Agni* é uma divindade hindu, a palavra *agni* em sânscrito para quer dizer “fogo”, e tem a mesma origem do latim *ignis*. Daí *ígneo*, relativo ao fogo, que é de fogo ou a ele se assemelha. Ignição.



Figura 3. Cellulares. Collage. Fernando Fuão. 2020

Os gregos chamavam as almas humanas divinizadas pela morte por Demônios (*daímôn*) e Heróis (semi-deus). Os latinos as chamavam *Lares*, *Manes*, *Penates* e *Gênios*, e tudo se acha confundido, como ressaltou Coulanges.

Devemos entender que aqueles a quem os antigos romanos chamavam *lares* ou heróis nada mais eram que as almas dos mortos a quem os homens atribuíam um poder sobre-humano e divino. A lembrança destes mortos sagrados achava-se sempre ligada ao lar, ao *domus*. Nessa religião, para a família, a presença de um estranho durante seu culto aos mortos perturbava o repouso dos *manes*, dos espíritos da casa. Por essa razão, a lei proibía o estrangeiro também de se aproximar do túmulo. Os romanos escondiam-no no próprio coração da casa, por isso também lhes chamavam ‘deuses ocultos’, ou deuses domésticos, exatamente porque sua prática de culto era literalmente oculta, a portas e janelas fechadas.

O culto dos mortos que representava o culto dos antepassados encontraria eco em versões contempo-

râneas como o culto à História e o culto aos monumentos como desconjuro desses deuses terrenos. Como aparece na obra de Alois Riegl, *O culto moderno dos monumentos*.

Nem sempre ao longo da história da civilização os mortos eram enterrados em cemitérios, por nós conhecido como a casa comum dos mortos. Na Grécia e na Roma antiga, os mortos eram enterrados nas casas de seus familiares, e assim se estabelecia a relação entre o culto dos mortos e a casa.¹⁴ Em cada casa, moravam não só os vivos, mas também os mortos. Esse lar não queria dizer somente a casa física, mas todo espaço e domínio que pudesse abranger – assim como os territórios indígenas antes do estabelecimento dos limites das reservas. Cada casa tinha seus respectivos mortos, nela se realizava uma coabitação incrível física e temporal entre os vivos e os mortos numa sucessão difícil de separá-los; e também dos que estavam para nascer. Daí, como se verá, essa religião dos deuses lares se justificava pela necessidade do nascimento, e pela importância do nascimento do filho homem para que os homens mortos pudessem se perpetuar e seguirem ditando suas leis. Coulanges nos explica como essa questão do tempo se encontra amarrada à questão da geração e da criação:

“(...) lembremo-nos de que entre os antigos não existia ainda a ideia de criação; e, por isso, para os seus homens, o mistério da geração lhes aparecia como aquilo que o mistério da criação hoje pode representar.... Esta religião só podia propagar-se pela geração. O pai dando a vida a seu filho transmitia-lhe, ao mesmo tempo, com a vida, a sua crença, o seu culto, o direito de manter o lar, de oferecer a refeição fúnebre.” (COULANGES, 1981, p. 39)

A condição dessa geração era masculina, ao mesmo tempo *pater* e *frater*, e acabaria resultando no

¹⁴ Uma das primeiras regras do culto dos mortos estava no fato de este apenas poder ser prestado aos parentes de sangue dos mortos. Todo estranho era rigorosamente excluído.

direito privado e na constituição da família, e por isso a recitação do sobrenome da família evocava algumas gerações. A mulher, por exemplo, quando casava era considerada uma ‘estranha’ na família do esposo; para pertencer à família do esposo, ela deveria renunciar o direito ao culto de seus próprios antepassados, de seus pais, avós e bisavós, de seus *lares*, e passar a cultivar o lar, o fogo sagrado da nova família, o lar, os *deuses lares* de seu esposo. Cruelmente, seria ela a responsável que deveria manter a chama acesa dos lares. Diz Coulanges: “Porque a moça não podia adorar o lar do esposo, enquanto seu pai vivo não tivesse desligado do lar paterno.” (COULANGES, 1981, p. 47)

O casamento era o ato através do qual a mulher se desligava quase que por completo da família de seu pai. Ao migrar para o lar de seu marido, o Dom, ela entrava na casa dele, na morada dele, na família dele; enfim, passava a viver a vida dele e seus familiares. Perdia o direito ao culto de seus próprios antepassados. O culto aos *deuses lares* era masculino, falocêntrico, o *pater* e o *frater*, o pai e os irmãos homens; e acabaria resultando, como bem explicou Coulanges, no direito privado, no direito e suas leis de sucessão e herança. Devemos pensar que os familiares da esposa também desejavam que ela saísse de casa, que se casasse o mais rápido possível para gerar um filho homem, nem que fosse para a outra família. A mulher para o culto dos deuses lares se constituía, por um lado, como um fardo e, por outro, uma bênção

como procriadora. O primogênito era o herdeiro de todos os bens; naquela época, a herança não era ainda partilhada; cabia ao filho mais velho gerenciar e cuidar de todos os bens familiares. Somente depois, com a *Lei das Doze Tábuas* e *Código de Solón*, que a herança será passível de ser partilhada, dividida entre os herdeiros, proibida até então pela vigência da religião dos deuses lares, bem como o direito do homem de realizar testamento.¹⁵

Como bem explicou John Zerzan em seu livro *Patriarquismo, Civilização e as Origens do Gênero*¹⁶, a civilização é fundamentalmente a história da dominação da natureza e a da mulher. Patriarquismo significa o domínio do homem sobre a mulher e a natureza. As duas instituições – civilização e história – são basicamente sinônimas. O locus da transformação do selvagem para o cultural é o domicílio, onde a mulher se torna progressivamente limitada a seus horizontes de trabalho, e é encarregada dos cuidados da casa.

“Sabemos que a divisão sexual do trabalho conduz à domesticação e à civilização, que, por sua vez, produziu o sistema globalizado de dominação atual. Também parece que a divisão sexual do trabalho, artificialmente imposta, foi a primeira forma e a responsável pela formação daquilo que hoje entendemos como gênero”. (ZERZAN, s.d., p. 3)

¹⁵ A velha religião dos Deuses Lares estabelecia diferenças entre o filho primogênito e o segundogênito: o primogênito – diziam os antigos arianos – foi procriado para o cumprimento do dever com os antepassados; os outros nasceram do amor. Por virtude dessa superioridade original, o filho mais velho tinha, depois da morte do pai, o privilégio de presidir a todas as cerimônias do culto doméstico; era esse filho quem oferecia as refeições fúnebres e pronunciava as fórmulas de oração. O primogênito era, pois, como afirmava Coulanges, o herdeiro dos hinos, o continuador do culto, o chefe religioso da família. Da crença derivaria a regra de direito: só o primogênito herdava os bens. O filho mais velho adquire a dívida para com os antepassados; deve, pois, herdar tudo. Isso significava manter o patrimônio coeso assim como a família.

¹⁶ Segundo Zerzan, a filosofia também tem ignorado o vasto reino de sofrimento que tem se desdobrado desde seu início na divisão de trabalho durante seu curso. A filósofa Hélène Cixous, uma das pioneiras feministas da Europa, chamou a história da filosofia de ‘uma rede de sacerdotes’. A mulher continua tão alheia a isso quanto sofre por isso. A mitologia e a religião testificam ao longo da história essa redução da mulher.

Segundo Zerzan, “confinada, senão totalmente pacificada, a mulher é definida como passiva. Assim como a natureza, algo para ser feito produtivo, esperando a fertilização, estimulação externa a ela.” (ZERZAN, s.d. , p. 4)

Devemos atentar que, embora nossa sociedade classista eurocêntrica seja patriarcal em sua constituição, tendo a família paterna como unidade fundamental, muitas sociedades primitivas eram matriarcais, e sua unidade estava constituída pela *gens* materna ou pelo clã materno. No primitivo sistema matriarcal, baseado em princípios comunitários, não existia nenhuma forma de dominação de um sexo sobre o outro, como também, obviamente, não existia um domínio de classe sobre os demais. Outro aspecto da vida primitiva difícil de ser aceito pelos conservadores é o fato de que os povos primitivos não estavam preocupados em saber quem era o pai de cada filho que nascia. Os filhos ainda não eram uma propriedade como os demais artigos de propriedade privada; todos adultos cuidavam de todas as crianças de um modo igual, e não havia, assim como ainda não há em muitas culturas primitivas, a questão do primogênito. Para as crianças, todas as mulheres maiores eram mães, e todos os homens maiores eram irmãos das mães ou tios maternos. Na verdade, em muitas línguas primitivas, a palavra “clã” também é traduzida como ‘maternidade’ ou ‘irmandade’. Se existiu uma sociedade matriarcal, isso se deve ao fato de que todas as mulheres trabalhavam em um regime colaborativo, sem estarem dispersas mesmo após casarem, distintamente do culto aos *deuses lares* em que ela é obrigada a abandonar sua família, seu clã.

Há três coisas que, nos explica Fustel de Coulanges, desde os tempos mais antigos se encontram fundadas e estabelecidas solidamente pelas sociedades gregas e itálicas: a religião doméstica dos deuses *la-*

res, a família e o direito da propriedade: três coisas que andavam inseparáveis e que, em termos atuais, corresponderiam à TFP: a tradição, a família e a propriedade.¹⁷

A ideia de propriedade privada sempre esteve entranhada na própria religião; na Antiguidade, ela estava indissociavelmente amarrada à família e aos seus antepassados, embora aquele conceito de propriedade privada seja completamente distinto do atual, pois aquela morada da família não era passível de venda. O lar, o altar dos deuses lares era o símbolo da vida sedentária, da casa fixada, das fundações. Uma vez assente, nunca mais deveria mudar de lugar. Os Deuses da família queriam ter morada fixa sempre na terra. Assim, o lar, o morto, tomava posse do solo, apossava-se desta parte de terra, que ficaria sendo, assim, sua propriedade. O lugar pertencia-lhe por vida e por morte: era sua propriedade, propriedade não de um homem só, mas de uma família, de um clã, ou de uma tribo cujos membros deveriam vir, um após o outro, geração após geração, morrer ali, guardar-se ali. Para o culto dos deuses lares, o homem ainda não era o dono da terra, mas sim todo o contrário: os homens é que pertenciam à terra.

Essa questão dos mortos e da propriedade sobre a terra não é só pertinente à cultura Greco-romana, mas presente praticamente em todas as culturas ditas ‘primitivas’, ancestrais. Há uma passagem interessante do *Chefe Seattle* na ‘*Carta Resposta do ao Presidente dos Estados Unidos*’, F. Pierce, quando, em 1854, o presidente norte-americano Pierce propôs comprar toda a terra indígena, que ilustra bem essa total inversão da ideia de propriedade. Apresento aqui um breve fragmento dessa carta:

“O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham

¹⁷ É importante destacar que Fustel de Coulanges era um adversário declarado da democracia e da república. Fustel era defensor da família, da religião e da propriedade, recusava-se a aceitar o sufrágio universal, que considerou o responsável pelo fim do Império, pela derrota de 1870 e pela Comuna. Era um positivista, considerava que a história é ciência pura, uma ciência como a física ou como a geologia.

o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao [seu próprio] mau cheiro. Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se nós a decidirmos aceitar, imporei uma condição: O homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos. O que é o homem sem os animais? Se os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma lição em tudo. Tudo está ligado. Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avôs. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com a vida de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe” (CHEFE SEATTLE, s.d., n.p.)

Para a cultura Greco-romana, o lar era coisa sagrada, expressão essa popular, que ainda chegou até os nossos tempos. Abandonar um lar significava abandonar seus Deuses, não significava somente abandonar a família ou a casa, mas também abandonar seus antepassados, sentir-se desterritorializado, um desterrado, um errante.

A família, explica Coulanges, “estava vinculada a esse lar, e este, por sua vez, encontrava-se fortemente ligado ao solo; uma estreita conexão estabelecia-se entre solo e família. Ali deveria ser a sua residência permanente, que nunca pensará deixar, salvo alguma força superior a constranja. Como o lar, a família ocupará sempre esse lugar” (COULANGES, 1981, p. 75); numa coabitação entre vivos e mortos. O lugar pertence-lhe: é sua propriedade, propriedade não de um só homem, mas de uma família, cujos membros devem vir um após outros, nascer e morrer ali. O morto, ao sangrar a terra, ‘consa(n)grava-a’. A terra não podia ser vendida nunca, vender a terra

significava vender seus antepassados, perder toda proteção. Abandonar a terra significava tornar-se um errante, um qualquer, perder sua referência no mundo, seu sentido de existência; a casa era sua querência.

A cultura da Pachamama conseguiu ir mais além na questão dos antepassados, opondo-se basicamente ao falocentrismo greco-romano; para as culturas andinas que permeavam do sul ao norte da Américas, a *Abya Ayla*, a terra era a mãe, a mãe terra em equilíbrio; e todos os seres que participam de seu acolhimento sobre sua superfície, todos que se alimentam do leite sagrado da mãe terra, a água; para o culto da *Pachamama*, são todos irmãos, não só os humanos, mas as plantas, peixes, todos os animais. Por isso jamais a terra poderia ser vendida, como também explicou o chefe *Sioux*: vender a terra é como vender sua mãe.

Enfim, na questão da terra, no solo, na casa, no lar jaz também o tema dos espectros; mais que que isso, na terra está enraizada, encravada a própria morte: é a morte que fundava a casa. Tanto no território como na propriedade em suas fundações e fundamentos estavam os mortos, os antepassados que continuavam vivos mesmo enquanto mortos. Hoje, apenas um contrato de compra e venda e seu respectivo registro.

No início da história da cidade e da casa está essa questão fundamental de ‘pertencimento’. Na antiguidade os homens pertenciam à terra, e a terra não pertencia aos homens; a dita ‘propriedade’ sobre essa terra também pertencia aos mortos, assim os vivos tratavam de adorar a terra e os mortos em simultaneidade. Todos esses temas, segundo Coulanges, estão entrelaçados com família, religião, diria também até mesmo com os princípios da ideologia do comunismo. Friedrich Engels¹⁸, em *A origem da*

¹⁸ É digno de ressalva que Engels fez referência aos primeiros trabalhos de Coulanges. Os estudos de Marx e Engels sobre a origem da propriedade privada estavam baseados na questão evolucionista das sociedades, e no estudo anterior de Georg Ludwin Maurer, sobre as comunidades germânicas principalmente. Coulanges havia contestado posteriormente os estudos de Maurer sobre a origem da propriedade privada, assim como posteriormente Stedman Jones. Veja-se sobre esse aspecto, Saito, Kohei, *Confining Marx to the nineteenth century on-gareth-stedman Jones*. Em: <https://www.imhojournal.org/articles/confining-marx-to-the-nineteenth-century-on-gareth-stedman-jones/>

família e da propriedade privada, no capítulo referente à *Gens* grega (capítulo 5), não se referiu ao culto aos deuses lares, entretanto se refere à *Gens*:

“Pois a *gens* grega tem também os seguintes atributos: Descendência segundo o direito paterno. Proibição do matrimônio dentro da *gens*, excetuado o caso das herdeiras. Essa exceção, tomada um preceito, prova a validade de antiga regra. E esta resulta do princípio geralmente adotado de que a mulher, por seu matrimônio, renunciava aos ritos religiosos de sua *gens* e passava a seguir os de seu marido, na fratria do qual era inscrita”. (ENGELS, 1984, p. 53)

O espectro por tradição é o fundamento do *oikos* e, por correspondência, a economia (*oikonomia*), a lei da partilha da produção do comum e, simultaneamente, o processo de domesticação. Por isso a questão política e a da distribuição da riqueza passarão também pela questão da domesticação, assim como também a lei da hospitalidade que ali aguarda em seu interior sem interior, o hóspede porvir do grupo, clã ou da família.

A casa é o lugar de assentamento ou mesmo da marcação de rotas, quando pensamos em sua ancestralidade, em sua *arché*, por exemplo: da casa grega (*oikos*), ou romana (*domus*), e também em outras culturas ancestrais que sobrevivem até nossos dias como nas culturas indígenas das Américas – na religião da *Pachamama* –, ou até mesmo na dos quilombolas no Brasil. Quase todos foram estabelecidos pelo enterramento de seus antepassados, assim como na Idade Média na Europa se enterravam os padres e bispos dentro da igreja, e os cemitérios faziam parte das igrejas nas laterais.

A terra, a casa, sempre esteve indissociável do sagrado e da morte. A fixação do grupo num determinado lugar era determinada pelo ‘enterramento’ de geração após geração; esse sistema de crenças criava um lugar especial, o lugar do encontro dos vivos com os mortos que ali permaneciam protegendo os vivos, numa coabitação, numa comunidade, numa comum unidade. No culto a *Pachamama*, por exem-

plo, os mortos ainda são enterrados em pequenas casinhas, pequenos túmulos construídos na casa de seus familiares. Agora, veja-se, como poderíamos hoje enterrar nossos mortos em nossas casas, ou dentro dos minúsculos apartamentos. Não enterráramos. Não somente por uma proibição baseada na lei, mas porque para as religiões de origem monoteísta a terra não é o lugar dos mortos, porque a alma transcende e vai para um outro mundo, que não se sabe onde fica.



Figura 4. Cellulares. Collage. Fernando Fuão. 2020

O que Jaques Derrida trouxe de contribuição, entre tantas outras questões que levantou em *Espectros de Marx* (1993) foi a questão de uma *hontologia*, uma espécie de estudo dos fantasmas, dos retornantes, afirmando que, embora mortos, eles continuam muito vivos. Nesse livro, retornava de alguma forma à fenomenologia para trazer o tema dos espectros, sua importância e implicação nos discursos contemporâneos, como o fim da história e, sobretudo, uma revisão dos marxismos desde a ótica dos espectros. Derrida propôs pensarmos uma *hontologia* (com H), ou seja, a palavra remete ao francês *hanter* (assombrar). Uma *hontologia* (*hauntologia*), então, seria o estudo das assombrações, das visitas espectrais, daquilo que retorna sob a forma de herança ou de uma obsessão; uma espécie de “ciência daquilo que retorna”. A *hontologia* seria produzida a partir da lei-

tura dos espectros; diferentemente de uma ontologia (sem H) do ser e sua morada, a *hontologia* não se deixaria mais capturar pelo estatuto do ‘ser’ e do ‘logos’ (ontologia), e sim trataria das aparições, das visitas, das rondas espectrais que habitam de tempos em tempos não só o âmbito político, mas toda a nossa existência, e nem sempre bem-vindas. Quando Derrida abre a questão dos espectros e passa a considerá-los também como um ‘outro’; um outro totalmente diferente está nos induzindo a rever a história, a cidade e a arquitetura pela lógica dos retornantes, está questionando sobretudo a realidade virtual e os espectros políticos, e também o retorno dos fascismos, os espectros não bem-vindos.

A família e seus *deuses lares* fundaram todas as instituições segundo Fustel Coulanges, assim como todo direito privado dos antigos, o direito romano; desse *domus* e *oikos*, a cidade tirou seus princípios, suas leis. Como nos explicou, com outras palavras, também Jean-Claude Schmitt em *Os vivos e os mortos, na sociedade medieval*: “Os mortos, fantasmas e espectros têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Segundo suas diferenças culturais, suas crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios”. (SCHMITT, 1999, p.12)

Essa dimensão antropológica e universal do retorno dos mortos, dos retornantes está presente, segundo Schmitt, entre outras, na tradição ocidental desde a antiguidade, na Idade Média e até na contemporaneidade. Para Schmitt as mentalidades não consistem apenas nos estratos antigos e persistentes dos pensamentos e dos comportamentos, mas nas crenças e nas imagens, nas palavras e nos gestos que encontram plenamente seu sentido de atualidade presente e bem viva das relações sociais e da ideologia de uma época, como bem descreve o conteú-

do de seu livro.¹⁹ Por exemplo, a complexa cultura medieval foi herdeira do paganismo greco-romano, do culto dos *Deuses lares*, o culto dos mortos, ou da *gens*, ou ainda, segundo Schmitt, das heranças ‘bárbaras’ revivificadas pelas migrações dos povos germânicos e integradas à cristandade durante o primeiro milênio.

Aquele sentido de propriedade na verdade era uma instituição, segundo Coulanges, que, sem mortos, sem a religião doméstica, não podia existir. “Essa religião prescrevia isolar o domínio e isolar também a sepultura: a vida em comum dos mortos tornava-se, pois, impossível. Não foram as leis, mas a religião, aquilo que primeiramente garantiu o direito de propriedade.” (COULANGES, 1981, p. 69)

Toda essa religião se limitava ao interior da casa, pois o culto não era público, assim o *lararium* nunca estava colocado fora da casa, ou nem mesmo junto à porta externa, donde qualquer estrangeiro pudesse ver com facilidade. Os romanos escondiam-no no próprio coração da casa. A todos esses deuses (*fogo, lares, manes*) chamavam-lhes também ‘deuses ocultos’, ou deuses domésticos, porque sua prática de culto era mesmo oculta. Por isso, ainda hoje encontramos expressões que dizem que a lareira é o coração da casa. Convém lembrar que a casa nunca foi e nunca é o lugar da transparência, mas sim o lugar das práticas veladas e ocultas – tanto é que em português se diz que ‘roupa suja se lava em casa’. A transparência e a cristalinidade de nossas casas modernas estão diretamente associadas ao desconjuro dos antepassados e dos novos espectros, fantasmas, espíritos fabricados pela modernidade. Mas essa transparência é mais uma ilusão. Nas cidades árabes, por exemplo, ou nas cidades da Andaluzia, é tudo ao contrário de hoje: as casas, em sua maioria, não têm muitas janelas para a rua, exceto as de dois pisos; elas ainda guardam a ideia de uma casa

¹⁹ O livro basicamente trata do funcionamento social da memória dos mortos na época medieval. Mais exatamente, se ele se volta a esse grande tema de história que constitui a memória das sociedades, para interessar-se principalmente por seu aparente avesso, a uma só vez a necessidade do esquecimento e o que se opõe ao esquecimento.

oculta, voltada para si mesma, e sua abertura e relação com o cosmo se dá através do pátio interno, da ‘clareira’, em contraposição às casas modernas, cujas fachadas se assemelham a vitrines, um lugar de exibição. Esse oculto será justamente algo relacionado não só ao reprimido, corroborando Freud, mas também àquilo mais íntimo (*in-timus*) que deve ser preservado, guardado. A intimidade, o recolhimento.

Le Corbusier havia observado a dificuldade da desconstrução dos mitos contidos na casa, no lar, que persistiam ainda no início do século XX, e, pela terminologia empregada em seu livro *Vers une architecture*, ele conhecia bem os estudos Fustel de Coulanges historiador francês e professor da Sorbone (1879), sobretudo *A cidade Antiga* (1864); assim comenta Le Corbusier:

“...os homens vivem em casas velhas e ainda não pensaram em construir casas para si. Gostam muito do próprio abrigo, desde os tempos imemoriais. Tanto e tão fortemente que estabeleceram o culto sagrado da casa. Um teto! Outros deuses lares. As religiões são fundadas sobre dogmas; as civilizações mudaram, as religiões desmoronam apodrecidas. As casas não mudaram. A religião das casas permanece idêntica há séculos. A casa desabará” (LE CORBUSIER, 1983, p. 5)

“os engenheiros constroem os instrumentos de seu tempo. Tudo, salvo as casas e alcovas apodrecidas” (LE CORBUSIER, 1983, p. 6)

Em realidade, a modernidade se caracterizará pelo exorcismo dos espectros e fantasmas contidos nas casas até o final do século XIX e ainda no início do século XX. Os espectros dos antepassados estavam impregnados nas paredes, nos móveis, nas pinturas e retratos pendurados nas paredes, no próprio chei-

ro da casa, na tradição de conservação do passado. Para os modernos, assim como para o materialismo histórico, era preciso se desfazer de quase tudo que era antigo, desfazer-se dos móveis ‘pesados’ que pertenciam aos antepassados, trocá-los por novos e funcionais, livrar-se do peso do pensar dos antepassados. A modernidade literalmente expulsa a morte de dentro de casa, despeja o morto para fora, para um lugar distante, expurga a prática de velar o morto dentro da própria casa; retira antecipadamente o moribundo de dentro de casa, colocando-o no hospital ou no asilo para que não morra em casa.²⁰

Não só o moribundo, mas o próprio nascer da vida também será retirado de casa. Como bem explicou Silvia Federici em seu livro *O Calibã e a bruxa*, os médicos, todos homens, se atravessaram no nascimento da vida, apossando-se do nascimento, fazendo o que outrora os homens normais não podiam fazer: o controle da vida. Esse trabalho, ao longo dos séculos, sempre foi realizado pelas parteiras e as mulheres amigas numa rede de colaboração histórica; convém lembrar que a palavra parteira vem de parto, que vem do latim *parere*, que quer dizer dar a luz, logo as parteiras são aquelas que fornecem a luz, iluminam a chegada do que está vindo.

Assim, entre tantos outros fatores, a modernidade criou uma cisão na continuidade da vida das gerações, dentro dessas antigas casas, dentro dessas antigas comunidades. A modernidade é antes de nada fragmentação, e teve por alvo a desintegração da família antiga, o loteamento da terra e o patrimônio, dividindo o máximo possível a ponto de tornar irrelevante, transformando tudo em mercadoria, inclusive o próprio morto.

O verdadeiro significado de família na antiguidade se expandia para além dos laços de consanguinidade, constituía-se como família tudo o que estava ao seu redor como propriedade: designava o campo, a

²⁰ Esse tema abordei no ensaio *O desconjuro moderno*. Fuão, Fernando. Em: Fuão, F. (org.) *Desconjuro Moderno*. Porto Alegre. UFRGS. 2020

casa, o dinheiro e os escravos. Entretanto, cabe ainda uma ressalva, essa ‘propriedade’ nunca era vista como literalmente ligada à família; a família é que estava ligada ao lar, e o lar ligado à terra. O homem era quem passava e morria, e casa e a terra ficavam. Mas não se pode esquecer que essa *gens*, essa religião dos *deuses lares* era um patriarcado grego latino dessa terra e dessa casa – diferentemente de alguns povos primitivos da América para quem a terra é comunal, e a família é a grande família que vive num lugar comum.

Na antiguidade e ainda hoje, felizmente, para alguns povos e pessoas, é a terra que tem a propriedade sobre os homens, sobre aquele que habita a casa, o lar. Assim como a casa que passa de geração a geração é quem tem a propriedade dos familiares que por ali passam e desaparecem. Difícil é entender isso hoje. A esfera doméstica residia originalmente no fato de ser o lar, preservar os mortos para que pudessem continuar vivendo. Como explica Hannah Arendt em *A condição humana*:

O caráter sagrado dessa privacidade assemelhava-se ao caráter sagrado do oculto, ou seja, do nascimento e da morte, o começo e o fim dos mortais que, como todas as criaturas vivas, surgem e retornam às trevas de onde vieram.” (ARENDR, 1980, p. 32)

A feição não-privativa da esfera do doméstico residia originalmente no fato de ser o lar a esfera do nascimento e da morte, que devia ser escondida da esfera pública por abrigar coisas ocultas aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento humano.” (ARENDR, 1980, p.72)

“Não só interior desta esfera que permanece oculta e sem significado público, mas a sua aparência externa é importante também para a cidade, e surge na esfera da cidade sob a forma de limites entre uma casa e outra. A lei era originalmente identificada com essa linha divisória que, em tempos antigos, era ainda na verdade um espaço, uma espécie de terra de ninguém entre o privado e o público, abrigando e protegendo ambas as esferas e ao mesmo tempo se-

parando-as uma da outra.” (ARENDR, 1980, p.73)

Arendt também observou a duplicação que se gerou a partir do surgimento da cidade-estado.

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*).” (ARENDR, 1980, p. 33)

Contudo, a antiga santidade do lar, embora muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida. O que impediu que a polis violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrados foram os limites que cercavam cada propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse.” (ARENDR, 1980, p. 39)

Arendt nos explica, ainda, que a palavra *nomos*, lei, vem de *nemein*, que significa distribuir, dividir, separar, possuir (o que foi distribuído) e habitar. Uma combinação de lei e de uma espécie de ‘muro’ que divide. A palavra *nomos* é bem evidente num fragmento de Heráclito: ‘o povo deve lutar pela lei como por um muro’. Ou seja, por sua divisão. Tanto o muro como a lei têm a função de dividir e separar – e, às vezes, unir. Entretanto, a palavra romana *lexi* tem significado inteiramente diferente: indica uma relação formal entre as pessoas, não um muro que as separa.

Essa lei de caráter mural era sagrada, mas só o recinto delimitado pelo muro era político. Sem ela, seria tão impossível haver uma esfera política como existir uma propriedade sem uma cerca

que a confinasse: a primeira resguardava e continha a vida política, enquanto a outra abrigava e protegia o processo biológico vital da família.” (ARENDR, 1980, p. 75)

A privacidade era como que o outro lado escuro e oculto da esfera pública; ser político significa atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano.” (ARENDR, 1980, p. 75)

Para Arendt, o totalitarismo requer o isolamento e desenraizamento, baseado no terror e na ideologia; o isolamento destrói a capacidade política, a faculdade de agir; ele é a base de toda tirania, mas não atinge, entretanto, a esfera privada. Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma.

A religião dos mortos não era só um culto aos mortos, mas simultaneamente uma religião dos vivos, um *nomos*, uma lei que organizava a vida dos vivos. E a linha que dividia o público e o privado era exatamente essa linha da vida, analogamente, âmbito do público, a linha da morte, entre o meu oculto e o outro oculto. Não é o privado que está no âmbito do público, tampouco seu inverso, mas uma relação que parte do oculto, sempre da casa e dos mortos. Essa linha, esse traço, similar a uma representação, munia o mundo dos vivos e dos mortos, mas também separava o privado e o público.

O que oculta a casa? Senão sua própria condição de oculta, de um segredo, de um recolhimento de uma espécie de esconderijo? Que oculta a casa? O que arasta, senão o mistério do início da vida e a morte. A casa, o lar era sempre uma espécie de portal, de porta, a casa era um portal, ela transportava as sucessões de gerações no tempo, agora a porta foi deslucada para os hospitais. A casa era uma metáfora dessa gigantesca porta. A antiga religião dos deuses lares, dos deuses domésticos, que fazem parte de um mundo incomensurável, desmedidos de acompanhantes anímicos (que animam a alma) e de es-

píritos protetores, do mesmo modo similar a outros sistemas de crenças que sobrevivem até hoje; mas os arquitetos não enxergam mais nada disso.

Na antiguidade, o Dom, o Senhor da casa, o grande domesticador, não consistia somente nesse Dom físico, mas representava para os vivos através do primogênito os mortos; representava que todo o processo de domesticação estava mais sobre a guarda dos mortos que dos vivos, mais sobre o aspecto invisível do que sobre o visível. São eles, os mortos, os grandes domesticadores. Essa domesticação exercida pelos *deuses lares*, como bem aponta Coulanges, também foi responsável pela criação do direito romano, da propriedade privada e também da tradição. Esse espectro dos deuses lares atravessa a história, e, por mais que tentemos borrá-los, desconjurá-los, continuam presentes não só na lareira, mas também hoje no culto dos ‘deuses celulares’: a eles tudo consultamos e damos graças. E não podemos deixá-los de descarregar sob uma possibilidade de perdemos a guarda e a proteção que esses aparelhos nos proporcionam, e assim os alimentamos na tomada diretamente todos os dias para que o fogo não se extinga. O papel que antigamente exerciam os deuses lares com suas regras morais para cada casa hoje é ditado pelos meios de comunicação de massa; perdemos a relação espectral de familiaridade com os nossos antepassados e substituímos por novos oráculos.

O filósofo Peter Sloterdijk mostra-nos a relação direta que existia entre os *deuses lares* e a importância do nascimento do ser que está por vir e seu correspondente espectro, a entidade, o duplo, a ‘ID-entidade’. Hoje, ironicamente, a nossa entidade, a Identidade não está mais associada aos antepassados, mas carregamos no bolso, na carteira. A recitação do “eu, filho de tal, neto de tal e tal, bisneto de x com y” é que se perdeu hoje, mas era prática corrente a recitação sempre dos antepassados como forma de encadeamento que justifica a presença do eu vivo aqui e agora numa interdependência secular. Para o culto aos deuses lares, minha existência não se deve a um Deus único, e sim a uma sucessão de vidas que me trazem até hoje, numa interpelação com todos

os demais seres e outros deuses da natureza.



Figura 5. Cellulares. Collage. Fernando Fuão. 2020

Numa passagem contida em Esferas 1, Sloterdijk emprega a palavra *genius*, *gens*, que, como bem sabemos, é a mesma palavra que, para Coulanges, designava os *deuses lares* (*manes, penates e genius*).

Diz Sloterdijk: “Todos os partos são partos de gêmeos, ninguém vem ao mundo sem companhia e sem anexo” (SLOTERDIJK, 2003, p. 375). Lembrando que *Geminus*, em latim, quer dizer dobrado, duplicado, igual. O *genius* se diz aquele que acompanha a vida de todo indivíduo humano, e por isso lhe rendiam homenagens precisamente a cada aniversário. Gên-

nio é o deus sob cuja tutela vive cada um tão logo nasça. O *gênio* nos foi colocado ao lado como observador assíduo, de tal modo que não se afasta nem por um momento, e nos acompanha desde a saída do seio materno até o último dia de nossas vidas.²¹

Chama-se *genius* porque seguramente provém de *geno* (engendrar), porque se preocupa que sejamos engendrados; ou ainda porque é engendrado como nós, ou mesmo porque nos protege e aceita como engendrados.

Exatamente por isso, para os romanos todo aniversário era duplo; nele não se pensava somente no chamado acontecimento feliz, mas também na conexão indissolúvel entre o indivíduo e o espírito protetor que desde esse dia existiria. Sloterdijk nos explica que “para os romanos, o princípio da filosofia moderna, *cogito ergo sum*, ‘o penso logo existo’ teria sido totalmente incompreensível, porque unicamente esperavam a forma passiva: ‘se pensa em mim, logo sou.’” (SLOTERDIJK, 2003, p. 379).

Pelo fato de os deuses lares estarem sempre acompanhando os pertencentes da casa, observando-os, os *genius*, os *deuses lares* se tornavam também seres morais, o solilóquio era sempre moral, regrado e até hoje segue sendo. Como diria Derrida, metido e intrometido dentro do próprio sujeito, nem dentro e nem fora, mas mais fora do que dentro, mas sempre ao lado sem lado, ditando suas regras e leis silenciosamente. Como diz Sloterdijk, dentro da definição

²¹ Para explicar essa relação, Sloterdijk recorre a uma passagem do reitor *Censorinus no De die natali*, próximo ao ano 238 depois de Cristo, por ocasião do quadragésimo nono aniversário de *Caerelius*; expôs o saber de seu tempo referente ao dia do nascimento, esclarecendo a discussão sobre quem é realmente o *genius*, sobre o qual se diz que acompanha a vida de todo indivíduo humano, e por isso lhe rendiam homenagens precisamente a cada aniversário. Sloterdijk transcreve a seguinte passagem: Gênio é o deus sob cuja tutela vive cada um tão logo nasça. Se chama *genius* porque seguramente provém de *geno* (engendrar), porque se preocupa que sejamos engendrados, ou ainda porque é engendrado como nós, ou mesmo, porque nos protege e aceita como engendrados. Muitos autores transmitiram que *genius* e *lar* são o mesmo... Se acreditava que essa divindade tem o maior e, inclusive, todo poder sobre nós. Alguns sábios defenderam a opinião de que havia que se honrar os gênios somente nas casa em que viveram matrimônios. Por outra parte, o discípulo de Sócrates, Euclides, afirma que para cada um de nós foi colocado ao lado um duplo gênio. Com toda regularidade, cada ano de nossas vidas consagramos ao gênio... Mas o gênio foi nos colocado ao lado como observador assíduo, de tal modo que não se afasta nem por um momento, e nos acompanha desde a saída do seio materno até o último dia de nossas vidas.

existencial do sujeito que forma com o gênio, ele é exclusivamente o observado pelo ‘grande outro’.

Os *deuses lares*, ou o *gênio* são muito parecidos também ao que Heidegger chamou o amigo do *Dasein* que carregamos dentro; ele, ela não fala, mas é a escuta da voz, o próprio amigo, amiga que escuta calado, calada; apenas observando, vigiando, sempre nos vê, mas estamos impossibilitados de sua visibilidade. Heidegger evocava esse estranho amigo, demonstrando que o *dasein* nunca está sozinho, não nasce sozinho; é como o nascimento duplo do *gênio*, esse amigo que não está nem dentro nem fora de nós, está dentro e fora, diz-se que está ao lado, mas talvez não esteja em lugar nenhum. Está na sombra, no umbral, na *umbra*, na portada.

Não é por acaso que, segundo a concepção geral romana, por *genius* se entenda, em primeiro lugar, a vitalidade específica do homem, enquanto as mulheres recebem sua vida de Juno (*Janus*), que é o deus da porta; mas, curiosamente, Janus é masculino também. A mulher porta, carrega, é receptáculo acolhimento desse outro. Até disto a cultura falocêntrica latina se apropriou: da porta, que é e sempre será feminina, colocando um guardião do tempo masculino para o controle dela, um porteiro, controlando a mulher e sua vagina. Janus, o deus masculino das partidas e chegadas, dos começos, com sua figura de duas faces opostas contempla, simultaneamente, o dentro e o fora, o início e o fim, o passado e o futuro.

Não é a casa que engendrava os *deuses lares*, os gênios, mas sim os que ali morreram e irão morrer, onde a mulher desempenhara um papel fundamen-

tal de submissão e domesticação para procriação, para dar de presente um primogênito para os deuses lares. Parece que o que fundava o lar, as fundações, era um pacto prévio do vivo jurando a si mesmo, jurando a esse outro oculto que morrerá ali.²² São esses espectros que determinarão também a herança; e não há herança, nem ‘*herência*’, sem esta certa querência, sem esse lugar, sem o abraçamento entre mortos e vivos no tempo e no espaço. Na herança, como diz Derrida, sempre há um ato de aceitação ou de rejeição por parte do herdeiro.

Para Sloterdijk:

“Com a construção da casa, começam as criações de interiores com significações imediatas psicoesféricas. Desde o início a poética do lar se corresponde com a repartição psíquica do espaço entre os polos do campo íntimo de subjetividade. (...) Habitar em receptáculos caseiros sempre manifesta em princípio um duplo caráter: significa tanto a convivência de seres humanos com seres humanos como também a coabitação de seres humanos com seus acompanhantes invisíveis. Desde tempos imemoráveis, em certo sentido eram os espíritos da casa que davam dignidade e importância a um edifício habitado. O interior, a interioridade surgem dessa conexão entre arquitetura e habitantes invisíveis.” (SLOTERDIJK, 2003, p. 383).

Cabe aqui esclarecer que não devemos confundir o *gênio da casa (deuses lares)* com o *Genius loci*, utilizado correntemente na arquitetura pelo arquiteto Christian Norbert-Schulz, esse termo se apresenta como portador de ambiguidade, e Norbert-Schulz

²² Se os antepassados permaneciam de algum modo nas casas é porque na antiguidade as casas eram quase sempre também tumbas, e guardavam-se urnas funerárias ou sarcófagos em lugares muito precisos, como no canto, no rincão dos antepassados: o *lararium*. O que posteriormente se considerou aparições fantasmagóricas não é outra coisa em princípio que a ocupação do espaço íntimo caseiro pelos espíritos dos mortos, algo que nos tempos do sedentarismo foi normal em muitas culturas. Nessa intimidade, nessa *liaison* entre casa e espírito, seguiu vigente durante todo processo civilizatório até os tempos mais recentes, está viva ainda nas modernas histórias e filmes de terror, seguem reafirmando, assim, a conexão entre receptáculo e animação.

não esclarece suficientemente a distinção entre *Genius loci* e *deuses lares*, ou *genius*. Para Norbert-Schulz, o *genius loci* é o espírito do lugar, diz ele:

“*Genius loci* é um conceito romano, do latim, que significa Espírito do lugar. Segundo os gregos cada ser ‘independente’ tinha o seu *genius*, o seu espírito-guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, os acompanhava desde o nascimento até a morte e determinava as suas características e essência. Entretanto, de acordo com o *Movimento Tradizionale Romano*, o *Genius loci* não se confunde com os *Lares*, que são os gênios (*geni*) do lugar que o homem possui ou por onde ele passa, os antepassados; enquanto o ‘*Genius loci* é o gênio do lugar habitado e frequentado pelo homem”. (Norbert-Schulz, In Nesbitt, 2006; p. 454)

Espero que fique claro ao longo do ensaio, que não se tratou aqui de defender a questão da propriedade privada ou mesmo o sepultamento dos antepassados na própria casa para garantir a propriedade privada; mas evidenciar como a questão dos mortos foi e continua sendo determinante no processo de domesticação. Buscou, ainda evidenciar a persistência do fogo sagrado, não mais através dos Deuses Lares, dos antepassados; que reunia todos os familiares, e esses escutavam as leis pronunciadas pelos deuses geração após geração. Esse fogo foi substituído na Idade Moderna pelas máquinas – antes o rádio, depois a tv, hoje o computador e mais enfaticamente os celulares, os deuses celulares da supremacia das individualidades –, e agora nos domesticam de outra forma através do consumo. Cada dia mais os vivos são governados pelos mortos. Essa afirmativa de certa forma pode explicar o atual retorno do fascismo, e o medo provocado por esses espectros do passado quando não são devidamente liquidados. Esse ensaio de certa forma buscou explicar e vincu-

lar a ideia de casa e de propriedade privada no processo de domesticação, onde a tradição ditada pelos mortos inicia por fundar a própria ideia de cidade onde a propriedade privada é o fundamento de uma moralidade.²³



Figura 6. Collage Não estamos sozinhos. Fernando Fuão. 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. **A condição Humana**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1980.

CIXOUS, Hélène; DERRIDA, Jacques. **Idiomas da Diferença Sexual**. Palimage. 2018

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo. Martins Fontes. 1981.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

²³ Para Norbert-Schulz, o *genius loci* é uma espécie de vocação do lugar, o espírito do lugar que temos que perceber para melhor projetar. Em última instância, a arquitetura é a concretização do *Genius Loci*. O pensamento de Schultz se apoiava também em Heidegger e em seu artigo *Construir, habitar pensar*.

CHEFE SEATTLE. **Carta Resposta do Chefe Seattle ao Presidente dos Estados Unidos F. Pierce.** Em http://www.comitepaz.org.br/chefe_seattle.htm

ENGELS, Friedrich. **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Tradução de Leandro Konder.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** São Paulo. Editora Elefante. 2017

FUÃO, Fernando. Desconjuo moderno. Em: Fuão, F. (org.) **Desconjuo Moderno.** Porto Alegre. UFRGS. 2020

FUÃO, Fernando. **Desconjuo moderno.** Em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2020/05/desconjuo-moderno-fernando-freitas.html>

FUÃO, Fernando.. Em FUÃO, F.; VIECELLI, A.: **A porta, a ponte, o buraco, um orelhão.** Coleção Querências de A porta Derrida, moradas da arquitetura e filosofia, Porto Alegre, 2015, UFRGS, CNPq, Capes.

FUÃO, F.: Querências de Derrida. Em: Fuão, F.(org.), **Arquitetura e Desconstrução.** Coleção Querências de Derrida, moradas da arquitetura e filosofia, Porto Alegre, 2015, UFRGS, CNPq, Capes

LE CORBUSIER. **Vers une architecture.** 2.ed. Les Éditions G. CRÈS, 1924, Paris, p. 6.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura.** São Paulo. Editora Perspectiva. 1983.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2006; p. 454.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

SAITO, Kohei. Confining Marx to the nineteenth century on-gareth-stedman Jones. Em: <https://www.imhojournal.org/articles/confining-marx-to-the-nineteenth-century-on-gareth-stedman-jones/>

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos, na sociedade medieval.** São Paulo. Editora Schwarcz Ltda. 1999.

SLOTERDIJK, Peter. Esferas 3. **Espumas.** Barcelona. Ed. Siruela, 2003.

ZERZAN, John. **Patriarquismo, Civilização e as Origens do Gênero.** Em <http://ervadaninha.sarava.org/patriciv.html>.